



Oficina 8: DESARMANDO OS POVOS, PROMOVENDO A SEGURANÇA HUMANA

Objetivos

1. Reconhecer a importância do desarmamento para a promoção da cultura de paz.
2. Perceber a contribuição da cultura bélica armamentista no fortalecimento do paradigma da violência.
3. Aprofundar o conceito de segurança humana.
4. Identificar princípios e referências para uma educação sobre e para o desarmamento.

Desenvolvimento da oficina

1. *Compartilhando sonhos.* O facilitador propõe que se formem duplas e pede que estas partilhem um sonho pessoal. Depois, solicita que formem grupos de cinco e que cada um diga um sonho para sua comunidade. Grupos de três e partilham-se sonhos para sua família. Grupos de sete e desta vez os sonhos são para o país. Grupos de 4 e os sonhos são agora mundiais.

Segundo momento: sensibilização

1. Memória da oficina anterior e apresentação dos objetivos desta.
2. *Linhas de confronto.* Divide-se o grupo pela metade e coloca-se cada metade, em linha, uns na frente dos outros, de modo que todos tenham um interlocutor em sua frente. Narra-se a seguinte história: um grande fabricante de armas decide instalar em uma cidade uma fantástica fábrica de armas e um grupo de pacifistas decide fazer uma manifestação e um movimento para impedi-lo. O legislativo local, diante deste impasse, convida o fabricante e um representante do movimento para um debate, onde cada um deve apresentar suas razões. O facilitador aponta para o grupo que está à sua esquerda como o fabricante e o outro grupo como os pacifistas. Cada dupla tem oito minutos para conversar.
3. Partilha dos sentimentos pessoais, descobertas e percepções acerca da temática, suscitadas pela dinâmica.

Terceiro momento: aprofundamento da temática

4. Introdução do facilitador.

O quarto bloco da Agenda de Haia diz respeito ao desarmamento e segurança humana. O último século assistiu um incrível desenvolvimento do número, tecnologia e modalidades das armas, com conseqüências para toda a humanidade: as guerras vitimam muito mais civis que combatentes, desenvolveram meios massivos de destruição com o risco de colocar fim na própria vida do planeta, reduziu-se a capacidade de distinção (como as minas terrestres que explodem indiscriminadamente ao passo de um soldado ou de uma criança). Mesmo após o fim da guerra fria, o descontrole sobre as armas permanece, de forma que ainda assistimos o fortalecimento da militarização dos Estados e a manutenção da diplomacia da paz armada. Daí que a agenda da paz inclua o desarmamento e a reconceitualização da segurança, não a partir do território, mas a partir da própria dignidade da vida humana. Mas em que medida esta proposta é viável? Ou estes conceitos serão apenas utopias?

5. Estudo do texto "Desarmamento e segurança humana" (Recurso de Apoio 1).

6. Comentários do grupo: destaques, descobertas, questionamentos.

7. Pontualizações do facilitador. É importante salientar os seguintes aspectos:

- o conceito de segurança humana em contraposição com o conceito de segurança nacional ou territorial;

- os três passos para uma sociedade com menos armas: o diagnóstico da militarização, a desmistificação da lógica da guerra e o planejamento de um mundo desarmado.

Pode-se ler apontar para uma leitura posterior do Recurso de Apoio 4 – Agenda de Haia.

Quarto momento: síntese

Por questões de organização de tempo, os trabalhos em pequenos grupos do quarto momento (síntese) e do quinto momento (reconstrução da prática), podem ser feitos juntos, bem como o plenário subsequente.

8. Trabalho em pequenos grupos com papelógrafo:
 - Por que desarmamento e segurança humana?



- O que é mesmo desarmamento e segurança humana?
- Para que desarmamento e segurança humana?

9. Plenário.

10. Pontualizações do facilitador.

Quinto momento: reconstrução da prática

Por questões de organização de tempo, os trabalhos em pequenos grupos do quarto momento (síntese) e do quinto momento (reconstrução da prática), podem ser feitos juntos, bem como o plenário subsequente.

11. Momento de encontro em pequenos grupos para, a partir do referencial estudado, planejar uma ação pedagógica que possibilite concretizar um ou mais passos para o desarmamento.

12. Plenário.

13. Pontualizações do facilitador.

Pode-se ler – se houver tempo – ou apontar para uma leitura posterior do Recurso de Apoio 2 e 3: Os dez princípios da educação para o desarmamento e Dinâmicas de educação para o desarmamento.

Sexto momento: avaliação

14. Por escrito: cada um escreve no seu diário, as idéias e sugestões trazidas por esta oficina e as perguntas a serem ainda perseguidas.

Sétimo momento: confraternização

15. Música “Pra não dizer que eu não falei de flores”, de Geraldo Vandré.

Material necessário

1. Cópias para cada participante dos Recursos de Apoio.
2. Papelógrafo.
3. Canetas hidrográficas.
4. Aparelho de som e música de fundo.

Bibliografia

HAALVERLSRUD, Magnus. *Disarming: discourse on violence and peace*. Tromso, Norway: Arena, 1993.
 TULLIU, Steve; SCHMALBERGER, Thomas. *Coming to terms with security: a lexicon for arms control, disarmament and confidence-building*. Geneva: UNIDIR: 2003.
 UNESCO. *Disarmament education: report and final document of the world congress on disarmament education*. Paris: UNESCO, 1980.

Recurso de Apoio 1: Texto *Desarmamento e Segurança Humana*

Oficina 8

Desarmamento e Segurança Humana

Um outro ponto da agenda para a paz é o que diz respeito ao desarmamento e à segurança humana. Segundo os dados do SIPRI (Instituto de Estocolmo para Pesquisas de Paz), os gastos militares mundiais atingiram a ordem de 1 trilhão de dólares anuais. Para cada dólar que a ONU gasta em missões de paz, o mundo investe dois mil dólares em guerra.

A luta contra o armamentismo cobre um vasto campo, com uma pluralidade de movimentos e frentes de ação. O movimento antinuclear é um dos braços mais antigos do movimento pacifista, responsável pela difusão de várias estratégias, tais como as caminhadas antinucleares. Iniciado no final da década de 50, com a criação da *Campanha Inglesa pelo Desarmamento Nuclear (British Campaign for Nuclear Disarmament)*, em 1958, na Inglaterra, e com o *Comitê para uma Política Nuclear Adequada (Committee for a Sane Nuclear Policy)*, em 1957, nos Estados Unidos, conquistou força nas décadas de 70 e 80, com a *Campanha para Impedir os Armamentos Nucleares (Nuclear Weapons Freeze Campaign)*, desenvolvida entre 1980 e 1982. Na transição do milênio, se rearticulou através do movimento *Abolição 2000* propondo a proibição e a eliminação de todas as armas e testes nucleares: ainda existem mais de 20 mil ogivas



nucleares, com poder de destruição suficiente para acabar seis vezes com o mundo. Entre os esforços empreendidos no sentido de conter os armamentos nucleares, deve-se fazer menção a uma série de iniciativas, tais como os tratados para prevenir a expansão de armas nucleares - como a instalação de zonas livres de armas nucleares ou o importante Tratado de Não-Proliferação Nuclear -, os tratados para prevenir testes nucleares, como o *Tratado De Proibição Global De Testes Nucleares*, os tratados para reduzir o risco da guerra nuclear ou para limitar os armamentos nucleares.

A partir do início da década de 90, uma série de organizações - hoje são mais de 1.500 entidades -, das mais diversas origens, articulou a *Campanha Internacional para a Eliminação das Minas Terrestres*, em torno da preocupação em limpar o mundo da existência de 110 milhões de minas terrestres, um dos graves problemas de saúde pública mundial, responsáveis por cerca de 55 mil vítimas anuais, em 90% dos casos, civis, quase sempre mulheres e crianças. Ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 1997, a campanha articulou a *Convenção Sobre A Proibição Do Uso, Armazenamento, Produção E Transferência De Minas Antipessoal E Sobre Sua Destruição*, de 1997, conhecida como o Tratado de Ottawa, assinada dia 3 de dezembro de 1997, em vigor desde o dia 1º de março de 1999, proibindo o uso, a produção, o comércio e o estoque deste armamento.

No final da década de 90, instituiu-se a *Rede De Ação Internacional Sobre Armas Pequenas (IANSA)* com o objetivo de articular ações para prevenir a proliferação e utilização de armas pequenas, responsáveis, na sua grande maioria, pela maior parte dos homicídios, objeto de uma rede ilícita de comércio. As ações centram na redução da demanda, oferta e estoque destes armamentos. Um debate coordenado pela IANSA, Rede Internacional de Ação Contra Armas Pequenas, propõe os seguintes pontos: a) prevenção e luta contra as transferências ilícitas; b) controle das transferências legais; c) controle sobre a possibilidade de conseguir armas pequenas, seu uso e armazenamento nos estados; d) recolhimento e destruição dos excedentes de armas procedentes da sociedade civil e de zonas de conflitos; e) aumento da transparência e prestação de contas; f) apoio à investigação e intercâmbio de informação; g) medidas para deter a demanda.

Especialmente as entidades de cunho ecológico, como o Greenpeace, por exemplo, estão envolvidas num intenso trabalho de restrição e controle do uso de armas químicas e biológicas. A partir de sua militância e dos governos, registram-se iniciativas para proibir o uso de armas químicas e biológicas, tais como o Protocolo de Genebra, a *Convenção sobre Armas Biológicas*, de 12 de abril de 1972, a *Convenção Sobre A Proibição Da Instalação, Da Fabricação, Do Estoque E Do Emprego De Armas Químicas E Sua Destruição*, de 13 de janeiro de 1993.

Na Europa e nos Estados Unidos, há um movimento muito intenso contra a indústria armamentista e gastos militares, como a campanha para a redução do orçamento, a campanha contra o comércio de armas - liderada pela Anistia Internacional - ou a campanha para propor que os prejuízos da guerra sejam pagos pela indústria bélica, assim como as indústrias de fumo têm pagado as despesas daqueles que foram vitimados por câncer. Assim, percebem-se avanços nas concepções e estratégias de desarmamento, como a substituição do conceito de segurança nacional pelo de segurança comum em termos de necessidades humanas e ecológicas, sinalizadas pela decisão tomada pela Costa Rica e a Islândia de não possuir exército nacional ou por iniciativas empreendida por países, como Noruega e Canadá, em redistribuir os fundos dos armamentos para segurança humana e desenvolvimento sustentável. Também merecem registros os esforços para controlar o uso de armamentos inumanos, tais como a *Convenção sobre Armamentos Inumanos*, de 1981 e 1995; ou, ainda, os esforços para limitar o uso de armas convencionais, tais como o Registro das Nações Unidas de Armas Convencionais, de 1993, e as forças convencionais, como, por exemplo, a *Convenção de Forças Armadas da Europa*, de 1990 e 1992, e o *Tratado de Open Skies*, de 1992.

Os principais pontos relacionados ao desarmamento e à segurança humana são aqueles necessários para o desmantelamento do sistema de guerra e para a ativação da verdadeira segurança humana, enfrentando o desafio de ajudar os cidadãos a planejar e a compreender as tarefas essenciais da mudança institucional no sistema global de segurança. O processo de mudança das estruturas pode ser definido como desarmar e desmilitarizar o sistema de segurança. Mas isso também requer o desarmamento dos códigos sociais que têm levado a padrões de comportamentos competitivos e agressivos entre os seres humanos.



Entre os primeiros objetivos a ser perseguidos está a reconceitualização da segurança. Cidadãos precisam aprender a perceber o que está em jogo e a trabalhar pela desmilitarização do mundo, chegando a uma compreensão do desarmamento como um processo central, fortalecendo instituições alternativas e estruturas capazes de funcionar como substitutos da guerra e segurança militarizada. Os passos sugeridos como lista de tarefas para movimentos da sociedade civil para abolir a guerra incluem: redução de gastos militares, redução do desenvolvimento de armas e sua proliferação, adesão a tratados de eliminação de armas.

Alguns passos são importantes, tais como:

- diagnosticar a segurança militarizada, identificando produtos, investimentos, comerciantes, fluxo das armas;
- desmistificar a lógica da guerra, fortalecendo os argumentos para a sua abolição, identificando os benefícios da cultura da paz para o meio ambiente, para a vida das pessoas – especialmente crianças e mulheres, para as relações entre as nações, para os padrões de comportamento;
- planejar um mundo desarmado, estabelecendo formas não-violentas de defesa, mudanças nas instituições dos governos nacionais e nas organizações internacionais, sistemas que usam a lei e a mediação ao invés da força e da intimidação, políticas de defesa e segurança realçadas pelo uso de padrões e normas de leis internacionais humanitárias e de direitos humanos.

Recurso de Apoio 2: Os dez princípios da educação para o desarmamento

Oficina 8

OS DEZ PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO

1. A educação para o desarmamento

A educação para o desarmamento como componente da educação para a paz implica uma educação acerca do desarmamento e uma educação para o desarmamento. Todos os educadores e comunicadores podem contribuir para a educação relativa ao desarmamento tratando de compreender melhor e de conseguir que os demais compreendam também melhor as razões da produção e aquisição de armas, das repercussões sociais, políticas, econômicas e culturais da corrida armamentista, e do grave perigo que representa para a sobrevivência da humanidade a possibilidade do emprego de armas nucleares.

2. Definição de desarmamento

Para atingir a educação para o desarmamento deve-se entender por desarmamento toda a forma de ação que vise limitar, controlar ou reduzir os armamentos, inclusive as iniciativas unilaterais de desarmamento, e também o geral e completo sob um controle internacional eficaz. Deve-se entender também o desarmamento como um processo que vi transformar o atual sistema de Estados nacionais armados numa nova ordem mundial em que haja paz planejada sem armas e em que a guerra não seja mais um instrumento da política nacional – e também em que os povos determinem seu próprio futuro e vivam com segurança, baseada na justiça e na solidariedade.

3. Papel da informação

A educação para o desarmamento requer a coleta e a difusão de informações fidedignas, cujas fontes apresentem a máxima objetividade de acordo com o princípio da circulação internacional livre e mais equilibrada da informação. Essa educação deve preparar os alunos – no estrito respeito pela liberdade de opinião, expressão e informação – para se oporem às incitações à guerra, à propaganda bélica e ao militarismo em geral.

4. O desarmamento: as realidades econômicas e políticas

A educação para o desarmamento não pode limitar-se a difundir os dados e informações sobre projetos e perspectivas de desarmamento ou a explicar as esperanças e ideais que os inspiram. Deve estabelecer plenamente a relação que existe entre o desarmamento e a realização dos objetivos da segurança nacional e do desenvolvimento. Para que seja eficaz nesse aspecto, a educação para o desarmamento deve estar relacionada com a vida e as preocupações dos alunos e com as realidades políticas no contexto das quais se



insere o desarmamento; deve também aprofundar a análise dos fatores políticos, econômicos e sociais nos quais poderia fundar-se a segurança dos povos.

5. Pesquisa e processo decisório

Além de alcançar o público em geral, a educação para o desarmamento tem a tarefa específica e decisiva de fornecer argumentos racionais, a favor do desarmamento, argumentos esses fundados em pesquisas científicas independentes que possam orientar os detentores do poder decisório e, na medida do possível, retificar os conceitos de um antagonismo potencial, baseado em informações incompletas ou inexatas.

6. Critérios fundamentais

Como meio de contribuir para a paz e a segurança nacionais, a educação para o desarmamento deve inspirar-se nos princípios do direito internacional fundados na Carta das Nações Unidas, especialmente na necessidade de abster-se de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados, assim como na solução pacífica das controvérsias, na não-intervenção nos assuntos internos e na livre determinação dos povos. A educação para o desarmamento deve inspirar-se também no direito internacional em matéria de direitos humanos e no direito humanitário internacional aplicável em caso de conflito armado. Deve também estudar os diferentes métodos que visam promover a segurança, inclusive os sistemas não militares de defesa como a ação civil não-violenta. Nesse aspecto têm essencial importância o estudo das atividades da ONU, as medidas destinadas a reforçar a confiança, as operações de manutenção da paz, a solução não violenta dos conflitos e outras medidas para controlar a violência internacional. Nos programas de educação para o desarmamento deve-se também dar especial atenção ao direito à objeção de consciência e ao direito de negar-se a matar.

A educação para o desarmamento deve ensejar o estudo – sem julgar a priori – das repercussões no campo do desarmamento das causas profundas da violência individual e coletiva, das causas objetivas e subjetivas das tensões, crises, controvérsias e conflitos que caracterizam as atuais estruturas nacionais e internacionais e que refletem fatores de desigualdade e injustiça.

7. Vínculos com os direitos humanos e o desenvolvimento

Como parte integrante da educação para a paz, a educação para o desarmamento tem vínculos essenciais com a educação relativa aos direitos humanos e a relativa ao desenvolvimento, na medida em que cada um desses três termos – paz, direitos humanos e desenvolvimento – deve ser definido um em relação aos outros. Por outro lado, a educação para o desarmamento permite elucidar novos conceitos como os direitos individuais e coletivos à paz e ao desenvolvimento, baseados na satisfação das necessidades humanas materiais e não-materiais.

8. Objetivos pedagógicos

A educação para o desarmamento – concebida quer como educação inteiramente inspirada no espírito do desarmamento, quer como incorporação dos elementos relevantes nas disciplinas já existentes, ou ainda como um campo de estudo distinto – deve aplicar métodos pedagógicos mais imaginativos, em especial os de aprendizagem com participação ativa dos estudantes, métodos esses adaptados às diferentes realidades culturais e sociais e aos níveis educacionais. Seu objetivo será ensinar como pensar acerca do desarmamento ao invés de impor idéias relativas a esse problema. Por conseguinte, a educação para o desarmamento deve preocupar-se precipuamente com problemas concretos a fim de desenvolver as faculdades de análise e crítica que possibilitarão examinar e avaliar as medidas práticas que visam reduzir os armamentos e rejeitar a guerra como prática internacional aceitável.

9. Valores

A educação para o desarmamento deve basear-se nos seguintes valores: compreensão internacional, tolerância relativamente à diversidade ideológica e cultural, e compromisso com a justiça social e solidariedade humana.

10. Setores da sociedade a que interessa

A educação para o desarmamento deve interessar a todos os setores da sociedade e da opinião pública. As escolas, os grupos de educação não-formal como a família, as organizações comunitárias e os círculos de trabalho, as universidades e outros centros de pesquisa e também os meios de informação têm um papel a desempenhar relativamente à educação para o desarmamento. Os educadores e especialistas em



comunicação devem procurar a linguagem e os métodos de ensino mais apropriados e eficazes para cada situação.

UNESCO, CONGRESSO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESARMAMENTO, 1980

Recurso de Apoio 3: Dinâmicas de educação para o desarmamento

Oficina 8

Dinâmicas de educação sobre e para o desarmamento

Dicionário do desarmamento

Mostram-se ao grupo imagens de crianças com armas. Problematiza-se com as seguintes perguntas: o que foi visto? Que sensação as armas criaram em vocês? Por que se fabricam armas? O que trazem as armas para as pessoas? O importante é discutir sobre os efeitos das armas sobre as crianças e favorecer para que se partilhem as próprias idéias, experiências e conhecimentos sobre armas. Solicita-se que se elabore uma lista de palavras importantes relativas à temática. Propor ao grupo de criar um dicionário de desarmamento para explicar a outros porque pensam tratar-se de uma questão importante. Distribuem-se as palavras por pequenos grupos, cada grupo compondo uma parte do dicionário.

A escada

Escolhe-se uma classe de armamentos: armas nucleares, minas terrestres, armas químicas, armas biológicas, armas leves ou pequenas. Solicita-se ao grupo que pesquisem sobre o tema escolhido. Propõe-se um debate sobre o que pode ser feito para solucionar a questão. Propõe-se uma escada onde o primeiro degrau corresponde à primeira pergunta e assim sucessivamente: O que nós podemos fazer como indivíduos? O que nós podemos fazer como grupo? O que pode ser feito por nossa instituição (escola, instituição educativa, congregação religiosa)? O que pode ser feito por nossos clubes locais ou aos grupos aos quais pertencemos? O que pode ser feito por nossa comunidade? O que pode ser feito pela sociedade civil? O que pode ser feito por nossos governos locais e nacionais? O que pode ser feito por nosso país? O que pode ser feito pela sociedade internacional? O que pode ser feito pela ONU?

Brinquedos de guerra, sim ou não?

Faz-se um inventário de todos os tipos de brinquedos bélicos. Procede-se, depois, a uma pesquisa, entrevistando pessoas sobre a contribuição destes brinquedos no desenvolvimento sadio de crianças e jovens. O grupo elabora sua conclusão e monta uma estratégia para divulgá-la.

Guerra, quanto se gasta?

Trata-se de pesquisar quanto os países gastam em armas e na guerra. Comparar, depois, com outros gastos, como saúde, habitação, saneamento, educação, etc..

Em nossa pele!

Combina-se realizar alguma atividade comum – por exemplo, limpar uma sala –, de forma que algumas pessoas tenham seus movimentos limitados: um tem os olhos vendados, outro a boca tapada, outro ainda uma das mãos presa ao seu corpo, alguém não pode usar uma perna, etc. Ao final da atividade, partilha-se como cada um se sentiu. A partir daí, pode-se fazer uma pesquisa sobre os atingidos pelas armas pequenas, minas terrestres, etc., conversando sobre o impacto destes armamentos na vida concreta das pessoas.



Recurso de Apoio 4: *Agenda de Haia* Oficina 8

Desarmamento e segurança humana

42. Implementar um Plano de Ação Mundial para Prevenir a Guerra

O Apelo Haia pela Paz apóia o “Plano de Ação Mundial para Prevenir a Guerra” que irá complementar as medidas encaminhadas para proteger os direitos humanos e fortalecer a solução não-violenta de conflitos mediante os seguintes passos principais: 1) fortalecer as instituições de segurança mundiais e regionais; 2) substituir a intervenção militar unilateral pela defesa multilateral contra a agressão e o genocídio e; 3) negociar reduções profundas e escalonadas das forças armadas, dos armamentos e dos orçamentos militares com vistas a estabelecer um sistema mundial de segurança para a defesa.

43. Desmilitarizar a Economia Global pela Redução dos Orçamentos Militares e Redistribuindo os Recursos para os Programas de Segurança Humana

A paz no século XXI exige que os recursos que durante o século XX se destinaram a gastos militares sejam reorientados para programas civis de proteção da segurança humana. O desarmamento englobará drásticas reduções das armas, das forças e dos orçamentos militares. A desmilitarização exigirá uma transformação da economia militar em uma economia de paz através da alocação de recursos a programas que garantam o bem-estar dos cidadãos do mundo – que permita exercer os direitos humanos elementares ao alimento, à educação, ao trabalho, à saúde, à segurança e à paz. Exigirá a adesão mundial à Carta das Nações Unidas e ao desenvolvimento de estruturas de segurança não-militares e de para a construção da paz. Como primeiro passo em direção ao desarmamento e à desmilitarização, o Apelo de Haia pela Paz endossa a “Petição das Mulheres pela Paz”, que insta à redução anual de 5% nos gastos militares durante 5 anos e à re-orientação desses recursos substanciais para os programas de segurança humana e educação para a paz.

44. Negociar e Ratificar um Tratado Internacional para Eliminar as Armas Nucleares

A continuada existência de armas nucleares e a ameaça ou utilização efetiva dessas armas por acidente, erro de cálculo ou desígnio põem em perigo a sobrevivência de toda a humanidade e a vida sobre o planeta. Para cumprir as obrigações jurídicas expostas no artigo VI do Tratado de Não-Proliferação e o mandato da Corte Internacional de Justiça, todos os Estados deveriam negociar e concluir, no mais tardar em cinco anos, uma Convenção sobre Armas Nucleares em que se proíba a produção, a utilização e a ameaça de uso de armas nucleares e se preveja a verificação e a imposição de sua destruição. A resolução da Coalizão do Novo Programa, adotada pela 53^a Assembléia Geral das Nações Unidas, insta aos Estados possuidores de armas nucleares a adotarem medidas práticas imediatas para reduzir o perigo de guerra nuclear e começarem negociações para o total desarme nuclear. As medidas de transição rumo ao desarmamento nuclear incluem: ratificação do Tratado Inclusivo de Banimento dos Testes; adesão ao Tratado sobre a Limitação dos Mísseis Anti-balísticos; desativação os sistemas nucleares; abstenção de se recorrer às armas nucleares como primeira opção; descentralização as organizações de segurança regional; ampliação das zonas livres de armas nucleares; declaração dos arsenais e instalações nucleares e; o banimento dos materiais de fissão atômica e os testes sub-críticos.

45. Prevenir a Proliferação e o Uso de Armas Convencionais, Incluindo as Armas Leves e Pequenas e de Proteção da Segurança Pessoal

As armas leves e pequenas e as minas terrestres constituem uma grande ameaça para a segurança humana; sua utilização provoca a maior parte das mortes de civis e fomentou a exploração de crianças como soldados. No marco dos programas de desmobilização completa é preciso reclamar e destruir os armamentos e também proporcionar aos ex-combatentes outros benefícios materiais e alternativas profissionais. A Convocação de Haia pela Paz apóia a campanha da Rede de Ação Internacional sobre armas pequenas e insta a todos os Estados a negociar e a aplicar um amplo código de conduta mundial para as exportações de todo tipo de armas convencionais, incluídas as armas leves e pequenas. Entre outras medidas encaminhadas visando a pôr fim à circulação de armamentos, cabe destacar: controlar as transferências legais entre os Estados; supervisionar a utilização e o armazenamento de armas pequenas nos Estados; prevenir as transferências ilícitas, incluídas as transferências a violadores dos direitos



humanos; reunir, retirar e destruir excedentes de armamentos de regiões em conflito; aumentar a transparência e a responsabilidade; reduzir a demanda revertendo a cultura da violência; reformar as instituições da segurança pública; criar normas de não-possessão e promover a desmobilização e reintegração mais eficazes e sustentáveis dos ex-combatentes.

46. Ratificar e Implementar o Tratado de Banimento das Minas Terrestres

Todos os Estados deveriam assinar, ratificar ou aderir ao Tratado de Banimento das Minas Terrestres de 1997, foi aberto para assinaturas em dezembro de 1997 e entrou em vigor em 1º de março de 1999. Além da missão vital e urgente da desminagem, a Campanha internacional pelo Banimento das Minas Terrestres (ICBL da sigla em inglês) considera altamente prioritário que os governos destruam seus estoques de minas como forma "prevenir a ação com minas". Também pressiona a todos os Estados para que desenvolvam atividades de desminagem. A transparência a respeito dos estoques e outras questões relacionados com minas é essencial. Deveria ser aumentado os recursos disponíveis para a assistência às vítimas, à desminagem, para a educação e conscientização sobre minas e à reabilitação das crianças e de suas comunidades.

47. Prevenir o Desenvolvimento e a Utilização de Novos Armamentos e Novas Tecnologias Militares, Incluindo o banimento do Urânio Empobrecido e a Operação de Armamentos no Espaço

O Apelo de Haia pela Paz propõe mecanismos para avaliar os efeitos dos novos armamentos (por exemplo: urânio empobrecido) e tecnologias e para determinar se essas novas armas violam o direito internacional. As armas que utilizam urânio empobrecido foram classificadas entre as armas de "destruição em massa ou de efeitos indiscriminados" pelo sub-comitê sobre a Prevenção de Discriminações e Proteção às Minorias da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O Apelo de Haia insta à comunidade internacional a abordar a questão do banimento da produção, a transferência e a utilização dessas armas. O Tratado sobre o Espaço Extraterrestre (1967) proíbe o emprego de armas de destruição em massa no espaço por qualquer nação. O Tratado, ratificado por 91 países, estabelece que as nações deveriam proibir atividades que pudessem produzir a destrutiva contaminação do espaço, assim como provocar mudanças adversas no meio ambiente da Terra. O Tratado exige a adesão universal para evitar o uso de armas no espaço.

48. Promover a Adesão e a Implementação Universal à Convenção sobre Armas Biológicas e à Convenção sobre Armas Químicas

Todos os Estados deveriam ratificar a Convenção sobre Armas Biológicas e a Convenção sobre Armas Químicas como parte dos esforços globais para a abolição de todas as armas de destruição em massa. Todos os países deveriam adotar legislação nacional forte para implementarem esses tratados sem reservas e deveriam participar das atividades em curso para reforçar o consentimento com estes. Nenhum Estado deveria adotar medidas executivas ou legislativas que menosprezem a aplicação desses tratados. Todos os Estados Partes que estão em consentimento com tais Tratados deveriam receber um tratamento igualitário com respeito ao acordo recíproco entre agentes e equipes compreendido por esses tratados. Para que a responsabilidade internacional, o controle das exportações deveria ser gerido por organizações estabelecidas no marco das duas convenções. Os Membros da Convenção sobre Armas Biológicas deveriam fortalecer as disposições do artigo X, promovendo o intercâmbio de informações sobre bacteriologia e de materiais para fins pacíficos. As organizações de pesquisa, as sociedades profissionais e os cientistas individuais deveriam se comprometer a não participar com conhecimento de suas pesquisas e ensino para o desenvolvimento ou a utilização de agentes para guerra química ou biológica. Deveria ser proibido o desenvolvimento de novos agentes biológicos e químicos que não tenham propósitos inequivocamente pacíficos, ainda que essas atividades sejam promovidas com propósitos de defesa.

49. Responsabilizar aos Estados e às Corporações pelos Impactos no Meio Ambiente e à Saúde Provocados pelo Teste, Uso e Produção

Os Estados possuidores de armas nucleares, em particular, devem reconhecer sua responsabilidade pelos efeitos na saúde e no meio ambiente dos testes, da produção e da utilização de armas nucleares. O Apelo de Haia exige uma maior transparência e responsabilidade de todas as atividades militares e suas repercussões sobre no meio ambiente e na saúde. Os governos devem introduzir ou ampliar programas de monitoramento, limpeza e reabilitação de lugares onde efetuaram testes militares e indenizar aos antigos trabalhadores desses locais e à população civil e militar dos lugares e das comunidades vizinhas. A



desativação das armas nucleares e químicas dos países industrializados não deveria dar lugar à exportação de resíduos químicos e nucleares tóxicos para os países em desenvolvimento. Os Estados e as corporações devem informar sobre os efeitos de todas suas atividades de produção, ensaio e utilização de armamentos militares em bases militares e outros locais para assegurar a transparência e facilitar a restauração.

50. Construir um Movimento da Sociedade Civil para a Abolição da Guerra

A abolição da guerra requer a construção de instituições e a capacidade de salvaguardar e concretizar plenamente as importantes conquistas do passado (como os tratados de proibição das armas químicas e biológicas, das minas terrestres e dos testes nucleares), assim como propiciar as difíceis negociações para eliminar todas as armas nucleares e para terminar com a circulação de armas pequenas e leves. O Apelo de Haia concebe um mundo sem violência por um novo código de conduta internacional, com restrições ao poder militar e consagra a não-violência e a adesão ao direito internacional. A sociedade civil tem um papel fundamental a desempenhar na democratização das relações internacionais e no fortalecimento dos mecanismos internacionais de estabelecimento da paz. As organizações da sociedade civil e os cidadãos têm trazido as demandas do povo diretamente ao plano internacional e têm criado uma "nova diplomacia". O Apelo de Haia pela Paz afirma a necessidade de que a sociedade civil no século XXI desempenhe um papel nas negociações internacionais e transnacionais pelo desarmamento e pela segurança.